



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS E LICITAÇÃO



DESPACHO Nº 031/2026/SUPRI

AO CONTROLE INTERNO – PMC

Encaminho a Vossa Senhoria os autos do Processo Administrativo nº 0711002/2025/SUPRI/PMC, que visa a AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA APICULTURA PARA ATENDER À SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DE CASTANHAL/PA. através da empresa AGROPECUÁRIA CASTANHAL LTDA, CNPJ: 04.219.763/0001-89.

Sendo assim, solicito análise e emissão de parecer técnico conclusivo e demais providências cabíveis, diante dos procedimentos adotados no Processo Administrativo em epígrafe referente a da Dispensa de Licitação nº 149/2025/SUPRI/PMC, fundamentada no ART. 75, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 01 DE ABRIL DE 2021, bem como justificativa e demais documentos componentes do processo para assim balizarmos o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Castanhal, a prosseguir com a referida contratação.

Castanhal - PA, 15 de janeiro de 2026.

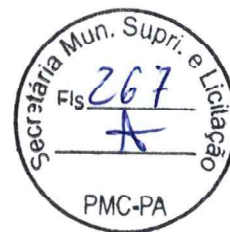

ISABEL GREYCE DO NASCIMENTO FRANCO
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Isabel Greyce do Nascimento Franco
Agente de Contratação
Matricula: 154762-3



Tenha acesso a todos os canais oficiais da Prefeitura de Castanhal, apontando a câmera do seu smartphone e fazendo a leitura do QRcode.

Secretaria Municipal de Suprimentos e Licitação de Castanhal
Avenida Barão do Rio Branco, nº 2232, Centro, Castanhal, Estado do Pará
CEP 68743-050 - <https://www2.castanhal.pa.gov.br/>



PARECER DO CONTROLE INTERNO Nº 013.7.00/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO - Nº 0711002/2025/SUPRI

MODALIDADE - DISPENSA Nº 149/2025

ÓRGÃO SOLICITANTE – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO.

ASSUNTO – PARECER DA ANÁLISE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA APICULTURA.

PARECER TÉCNICO – CONTROLE INTERNO

A COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL – PA, criada e regulamentada pela Lei municipal nº019/2005, de 26 de julho de 2005 e Lei Municipal nº024/2009, de 08 de setembro de 2009, na figura de seu Coordenador **Helton Jhony de Sousa Trajano da Silva Teles**, SERVIDOR EFETIVO, designado pela Portaria de nº279/2025, a fim de garantir o disposto no art. 31 e 74 da Constituição Federal de 1988, e em atendimento à determinação contida no §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº 11.535/TCMPA, de 01 de julho de 2014, e Instrução Normativa nº22/2021/TCMPA, de 10 de dezembro de 2021, expede as seguintes considerações:

1. DO RELATÓRIO

Trata-se da análise do **Processo Administrativo Nº 0711002/2025/SUPRI**, referente ao procedimento **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 149/2025/PMC**, que tem por objeto **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA APICULTURA**, destinada a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Agrário.

O valor total de contratação é de **R\$ 62.325,00 (sessenta e dois mil e trezentos e vinte e cinco reais)**, através da empresa **AGROPECUÁRIA CASTANHAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **04.219.763/0001-89**.

2. DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Diante de algumas situações, o legislador permitiu que o administrador realizasse a Contratação Direta, independentemente de licitação, através dos institutos da Inexigibilidade ou da Dispensa de Licitação. Logo, no referido certame, a licitação ocorrerá em processo de contratação direta, sob a modalidade de **DISPENSA**, nos termos do artigos 75 inciso II e artigo 95 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.



Assim, mediante a impossibilidade de submeter à competição que afasta o Dever Geral de Licitar, a administração municipal justifica a presente contratação frente à inviabilidade de competição licitatória, conforme Documento de Formalização de Demanda – DFD com a devida Justificativa da necessidade de contratação direta presente nos autos do processo.

3. DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Quanto à apresentação da documentação necessária à regular instrução processual, foi instaurado processo administrativo próprio (**Processo Administrativo nº 1112003/2025/SUPRI**) e para instruir os autos foram juntados, além de outros, os seguintes documentos: Documento de Formalização de Demanda – DFD Nº 049/2025; Cotação de Preço; Termo de referência simplificado; Mapa Comparativo; Justificativa e Relatório de Pesquisa de Preço; Estudo Técnico Preliminar; Termo de referência; Dotação Orçamentária; Autorização; Justificativa da modalidade e razão da escolha do executante; Minuta de aviso de contratação direta; Parecer Jurídico nº 361/2025; Parecer Jurídico nº 02/2026; Convocação da empresa a apresentar documentação; Parecer Jurídico nº 010/2026; Ata Final da Sessão de Compra Direta e despacho a esta Controladoria pela servidora Isabel Greyce do Nascimento Franco.

4. DA ANÁLISE JURÍDICA

No que tange ao aspecto jurídico e formal do procedimento, a Assessoria Jurídica da Procuradoria Municipal, constatou que os documentos necessários para realização da Dispensa de Licitação se deram com observância à legislação que rege a matéria, atestando a sua legalidade.

Tais constatações se deram pelos Pareceres Jurídicos nº 361/2025, nº 02/2026 e nº 010/2026, atendidas, portanto, as exigências legais contidas na lei de Licitações e Contratos - Lei nº 14.133/2021.

5. CONCLUSÃO

Face ao exposto, resguardando o poder discricionário do gestor público quanto à oportunidade e a conveniência da prática do ato administrativo, não vislumbramos óbice ao prosseguimento da Dispensa de licitação, na forma do artigo 75 inciso II e artigo 95 da Lei 14.133/21, uma vez presentes os documentos indispensáveis à sua realização, bem como a escolha da proposta mais vantajosa, podendo este órgão promover a referida contratação, observando para tanto os prazos das assinaturas, visto que tal formalização deve ocorrer



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO
e-mail: controleinternocastanha@gmail.com



previamente antes da realização dos serviços, inclusive atentando quanto à obrigatoriedade de publicação de referidos atos na imprensa oficial e Mural de Licitações do TCM/PA.

Vale ressaltar que toda manifestação desta controladoria, aqui discorrida, expressa posição meramente opinativa, não representando prática de ato de gestão, mas sim uma aferição técnica, que se restringe a análise dos aspectos de legalidade.

E, por fim, declaramos estar cientes de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

É o parecer, salvo melhor juízo.

HELTON JHONY DE
SOUZA TRAJANO
DA SILVA
TELES:00207610231

Assinado de forma digital
por HELTON JHONY DE
SOUZA TRAJANO DA SILVA
TELES:00207610231
Dados: 2026.01.19 15:35:17
-03'00'

Castanhal/PA, 19 de janeiro de 2026.

HELTON J. DE S. TRAJANO DA S. TELES
CONTROLE INTERNO
Portaria Nº279/25